

A RESISTÊNCIA NEGRA NA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO

*Professor do programa de
Estudos Pós-graduados em
Ciências da Religião PUC/
SP.

Ênio José da Costa Brito*

Resumo:

O a. comenta a obra de Líbano Soares — A Capoeira Escrava — e a história da repressão (açoites e trabalhos forçados) a que foram submetidos os que praticavam a capoeiragem nos meados do século XIX do Rio de Janeiro. Discute-se a origem da capoeira, o seu lugar no espaço urbano e a mensagem que esta prática representava para o microcosmo do império que era o Rio de Janeiro (reflexos dos conflitos regionais da época). Os temores de revoltas dos escravos e a formação de grupos levam a um processo crescente de repressão. A compreensão do desenvolvimento da cultura do Rio depende, segundo o autor, do conhecimento deste caldo social onde um dos componentes é a casa de angu e seu lugar na trama das relações sociais.

Chaves:

Capoeira: Rio de Janeiro; Escravidão: Capoeira; História: Rio de Janeiro.

Quem assiste, hoje, um espetáculo de capoeira nem imagina que sua prática, em todo o século XIX, se constituía num dos mais graves problemas sociais. Reconstruir a história desta prática cultural, na primeira metade do século XIX, é a tarefa assumida por Carlos Eugênio Líbano Soares em *A capoeira Escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*.¹

Para Soares, a capoeira é fundamentalmente uma prática escrava, antes de ser africana. As origens da capoeira têm de ser procuradas na escravidão urbana, e o Rio de Janeiro com certe-

1 SOARES, C. E. L., *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas/São Paulo, Editora UNICAMP/CECULT/FAPESP/CNPq, 2001, 606p.

za exerce um papel fundamental como raiz, apesar da ancestralidade africana evidente.²

2 Ibidem, p. 126

Trabalhando com uma documentação inédita, os arquivos policiais do século XIX, oferece aos leitores um rico quadro da capoeira escrava como também uma visão das transformações étnicas e culturais ocorridas na primeira metade do século XIX na cidade.

Organizado em seis capítulos, fartamente documentados, o livro faz memória de uma extraordinária tradição cultural forjada no seio da escravidão, que sustentou *uma longa guerra surda das ruas, com idas e vindas, escaramuças, ruzgas em tavernas e praças, perseguições, castigos em praça pública*.³

3 Ibidem, p. 30.

PRIMEIRAS NOTÍCIAS

Escrivães e romancistas como Manoel Antônio de Abreu, Elísio de Araújo, Plácido de Abreu, Hermeto Lima e Luís Edmundo nos deixaram as primeiras imagens dos capoeiras da cidade do Rio de Janeiro e de sua crescente repressão pela polícia. Adolfo Morales de Los Rios Filho discutiu a origem etimológica do termo, bem mais tarde. A gênese da capoeira era um tema que os preocupava, para alguns era nativa, criada nos quilombos, para outros de origem europeia ou africana.

O primeiro acadêmico, a se preocupar com a capoeira como fenômeno social, foi Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mocambos*. Preocupação retomada por Mary Karasch, na década de 1960.⁴ Ela estabeleceu nexos claros entre a capoeira e a experiência escrava urbana. Para Karasch, a capoeira como *instituição* construída por escravos é portadora de três características: ludicidade da brincadeira, força de resistência e agregação do grupo.

4 KARASCH, M. C., *A vida escrava no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

A pesquisa de Karasch, inspiradora do trabalho do autor, foi o ponto de partida do estudo de Leila Mezan Algranti que recorreu também ao trabalho de Patrícia Aufderheide, sobre o controle social e a repressão no Rio e Salvador na passagem do século XVIII para o século XIX. Novas facetas da capoeira — o uso das cores e dos símbolos —, a forte dose de inconformismo, a existência de uma *estratégia escrava* e os conflitos do aparelho repressivo foram detectados por Algranti.⁵

5 ALGRANTI, L. M., *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis, Vozes, 1988.

Luiz Carlos Soares, na esteira de Karasch e Algranti, apresentou a capoeira como uma atitude permanente de rebelião, *rebelião de baixa intensidade*.⁶ O autor relembra o extenso e importante trabalho de Thomas Holloway sobre a instituição policial no Rio de Janeiro do século XIX, no qual destaca o processo repressivo para banir os capoeiras, mas aponta magistralmente o peso da capoeira como espaço de sociabilidade construído pelos escravos.⁷

6 SOARES, L. C., *Urban slavery in nineteenth century: Rio de Janeiro*. London, University College, 1988 (Tese de Ph.D.).

7 HOLLOWAY, T., *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Tradução de Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.

As prisões por *capoeira* ou por *jogar capoeira* ocorreram durante todo o século XIX. Para reconstruir a composição sócio-cultural desses indivíduos, o autor recorre ao primeiro registro de prisões do século, o código 403.

Esta fonte permite reconstituir a resistência escrava; perceber a cultura de rua; constatar a existência das maltas de capoeiras e sua geografia na cidade; detectar os sinais identificadores dos grupos, os códigos exclusivos da capoeiragem (assobios, usos de cores e de chapéus); conflitos entre policiais e capoeiras e as rixas entre os escravos.

Outras manifestações eram também reprimidas como o *jogo da pancada*, o *jogo da casquinha* e o *batuque* mas, não no grau e constância da capoeira que despertava horror nas autoridades. Segundo o código 403, o castigo mais comum era o acoite seguido de trabalhos forçados.

A capoeira era um fenômeno urbano, profundamente gregário, uma estratégia escrava para desafiar e lidar com a ordem escravista que cresceu assustadoramente acompanhando a expansão da comunidade negra do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX.

Um estudo comparativo autoriza o autor a responder a pergunta: quem domina a capoeiragem, a população negra cativa em geral ou certos grupos étnicos? As fontes utilizadas para o período joanino são os códigos 401 e 402 (1809 — 1817), os livros do Calabouço — a prisão de escravos da cidade, só extinta em 1874 — e para a década de 1820, os mapas da Presiganga, imenso presídio flutuante, e os ofícios do Arsenal de Marinha.

Os anos de 1835 e 1838 são marcantes na vida da cidade do Rio de Janeiro. O primeiro, pelas repercussões das rebeliões regionais, pelo surgimento dos pretos minas na corte, pela draconiana legislação repressiva e pela agitação das maltas de capoeira. O segundo, se constitui num divisor de águas quando influência dos minas, capoeiras e escravos abandonam o enfretamento direto com os homens da lei e passam a construir laços de solidariedade para resistir. *Todas as fontes indicam esta década [1830] como de vigorosa movimentação escrava, superando tudo aquilo que os donos do poder na cidade pudessem esperar. Mas a tão esperada rebelião aberta não aconteceu.*⁸

O ano de 1850, constituiu-se num marco na vida da cidade, devido a febre amarela e ao início das mudanças étnico raciais do país com a emigração. A capoeira continua sendo o maior motivo de prisões e a correção ainda se fazia através dos terríveis castigos físicos.

8 Cf. SOARES, C. E. L., o. cit., p. 113.

Quanto a africanidade da capoeira, em geral, é uma questão complexa que exigirá um amplo estudo etnográfico do mapa cultural africano. Quanto a africanidade da capoeira na cidade do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, Soares encontra nos arquivos policiais do século XIX inúmeras informações sobre as *nações* que permitem identificar padrões étnicos. Diz ele, *na realidade, parece-nos que ela é fruto da combinação de tradições africanas dispersas com 'invenções' culturais crioulas.*⁹

9 Ibidem, p. 125.

Na primeira metade do oitocentos, a capoeira é uma instituição cultural escrava tendo nas maltas sua unidade fundamental. Nesse momento, ser capoeira era ser escravo do sexo masculino, africano da região Centro Ocidental da África. Esse padrão étnico é confirmado pelo código 403, pela documentação sobre as devassas (processos crimes) e pela relação dos presos na Presinganga desse período.

Os registros de Prisões da Guarda Real (1810-1821) informam sobre os padrões de movimentação das maltas. Elas exerciam intensa atividade no final e início do ano, coincidindo com o tempo das festas religiosas.

*Assim, o período joanino foi momento da escalada da capoeira nas ruas da nova Corte do império português. Os africanos novos, recém-chegados do incremento do tráfico de 'peças' da costa africana, com o tempo aprendiam com os mais velhos e veteranos da vivência urbana os passos da capoeiragem e, se não sucumbisse às facas de seus companheiros, e à brutalidade policial, podiam se tornar temidos ases da rasteira e da cabeçada. Acreditamos, desta forma, que, mais que memória trazida do continente natal, a capoeira era um aprendizado da nova terra, necessário para sobreviver às mazelas da condição de cativo.*¹⁰

10 Ibidem, p. 138.

O ESPAÇO URBANO E OS CAPOEIRAS

Como os grupos de capoeira se distribuía pela cidade e forjaram uma geografia peculiar no espaço urbano? Fontes policiais completam as informações do código 403 e ajudam a compreender a lógica que ordenava a dispersão de grupos de capoeira pela cena urbana.

A geografia da capoeira está intimamente ligada com a própria geografia escrava, que tinha como espaços privilegiados as ruas de quitandas, as igrejas de irmandades e as praças da cidade. *A freguesia de Sacramento é de longe o centro nervoso da atuação das maltas.*¹¹

11 Ibidem, p. 177.

Em 1810, já se cobrava um maior rigor na repressão à capoeira, o que ocorrerá em 1820 e nos anos seguintes. *Em 1824, as*

12 Ibidem, p. 187.

*autoridades policiais da Corte tomaram decisões drásticas. Os escravos presos por capoeira seriam imediatamente enviados para o Dique, no Arsenal de Marinha da ilha das Cobras, onde ficariam por no mínimo três meses em trabalhos forçados. Aqueles acusados de crimes mais graves sofreriam processo na justiça.*¹²

Em 1830, período de instabilidade política no país, os boletins semanais revelam que os capoeiras já disputavam o campo de Santana sinalizando uma modificação na geografia da capoeira. A análise comparativa entre os dados dos censos de 1831, 1838 e 1849 e os referentes às fontes policiais, confirmam ser a freguesia do Sacramento, o locus da residência escrava na cidade.

O livro das irmandades é um registro fidedigno da moradia de escravos na cidade e o de entradas da Casa de Correção oferece informações sobre os proprietários, muitos moravam na mesma freguesia que seus escravos.

Falar da geografia da escravidão no Rio de Janeiro é falar da comunidade africana e crioula que se congregava ao redor das Igrejas e das irmandades e das casas de angu ou zungu, uma das mais importantes instituições culturais relacionadas com o mundo da capoeira.

Em 1840, a cidade assistiu a mudança nas estratégias dos capoeiras que passaram a estabelecer relações com os soldados e a deslocarem o eixo de suas ações para a periferia da Cidade Nova, sem abandonar as áreas centrais. Os jornais trazem notícias diárias sobre as atividades e prisões de capoeira.

O predomínio da população negra possibilitava o domínio de parte da cidade por grupos escravos capoeiras, abrindo novos espaços para a construção de novas identidades e para a percepção de ser os escravos maioria na cidade, 80 mil, 60% da população, segundo o censo de 1849.

Esta experiência despertava um sentimento de posse que está na gênese das maltas e de sua guerra intestina. *As maltas de capoeiras eram a concretização possível deste inconformismo escravo. Ao invés de reivindicarem uma unidade dos cativos, elas lutavam por espaços limitados, restritos pedaços do estreito mundo urbano colonial.*¹³

13 Ibidem, pp. 231-232.

UM MICROCOSMOS DO BRASIL IMPERIAL

A partir de 1824, o Arsenal — o maior complexo prisional do Rio de Janeiro-localizado na Ilha das Cobras, passou a receber capoeiras. Eles deveriam trabalhar na construção do dique imperial, a grande obra militar do primeiro reinado, concluída só em 1861.

Qual foi o impacto da presença de escravos capoeiras no Arsenal da Marinha? A documentação confirma que o Arsenal da Marinha não era apenas lugar de terríveis punições, mas tornara-se também, um espaço privilegiado na socialização escrava e nas trocas culturais e étnicas entre soldados, marinheiros, índios e escravos. Os índios se faziam presentes no complexo como remadores ou soldados.

O Arsenal, de importância estratégica inegável, pois controlava a circulação marítima na baía, tornou-se um espaço explosivo ao possibilitar, *a longo prazo, a troca de experiências entre homens do mar e cativos pode ter contribuído para o processo maior que alguns historiadores chamam de Revolução Atlântica, parte importante da formação mundo moderno.*¹⁴

14 Ibidem, p. 278.

Uma densa e vigorosa população escrava (sentenciada, de nação ou rural) presente no Arsenal dava a ele uma marca de africanidade, que se estendia por toda a região portuária, área de um intenso comércio.

O poderoso aparato militar que cercava a Corte, refletia o medo de uma articulação conjunta da população negra contra a opressão, esse medo atingiu níveis intoleráveis para a elite política nos anos de 1830.

Na década de 1850, os responsáveis pela consolidação da autoridade da nova ordem política estenderam o controle sobre os homens libertos sem trabalho, muitos praticantes da capoeiragem. Para o autor, *a trajetória de capoeiras e escravos no Arsenal de Marinha, foi marcada pela dicotomia punição — socialização. Subjugados por um regime brutal de trabalho forçado como havia de ser a pedreira do Dique, eles igualmente partilhavam significados e valores com uma vasta e variada população que ocupava a ilha e o Arsenal da Marinha.*¹⁵

15 Ibidem, p. 302.

A CULTURA POLÍTICA DOS ESCRAVOS

A participação decisiva de escravos e capoeiras para sufocar a rebelião dos soldados estrangeiros, em 1828, leva o autor a perguntar pela participação dos mesmos nos movimentos políticos da primeira metade do século XIX.

No final de 1810 e início de 1820, a cidade viveu um período político muito agitado. A chegada de negros livres de Angola, pelas rotas atlânticas; os capoeiras e as tensões étnicas eram motivos de preocupações das autoridades. Coibir a chegada de pretos livres, delegar à população a responsabilidade de vigiar as ruas e reprimir violentamente os capoeiras procurando suas lideranças foram algumas atitudes tomadas pelos responsáveis pela ordem pública.

16 Ibidem, p. 353.

*Os anos entre 1831 e 1834 foram de tremenda agitação dos espíritos, mas os liberais moderados souberam controlar a situação e impedir a chegada ao poder da pressão vinda de baixo.*¹⁶ Mas, o pior estava por vir, nos próximos anos, quando os minas e seus aliados marcariam de modo indelével a história política dos escravos na cidade do Rio de Janeiro.

Após o fracasso da revolta na Bahia, muitos minas nagôs se dirigem para o Rio. Mas, antes mesmo que o medo mina se instalasse na cidade, os africanos ocidentais já se destacavam no meio da escravaria, pela liderança política, pela capacidade de *sedução* e de tecer relações com os diversos grupos étnicos.

A vigilância sobre eles era grande, os responsáveis pela ordem espreitavam as *casas de feitiço*, as irmandades e as suas residências. Ativos e rebeldes os minas nagôs povoaram o imaginário de outros grupos de origem étnica e racial.

Ao assumir o poder em 1840, D. Pedro II desperta esperanças nos grupos subalternos. A representação dos homens livres e africanos da Casa de Correção dirigida ao Imperador reafirma essa esperança e revela que esses homens tinham noções de direitos sociais e um notável senso de observação e crítica.

Uma segunda proclamação coletiva aconteceria seis meses mais tarde, a dos detentos do Aljube, dirigida a Câmara de Vereadores. O Aljube, na freguesia de Santa Rita, era uma prisão *sui generis*, sempre superlotada, insalubre e com suas terríveis enxovias.

Já no final de 1830, os movimentos dentro da escravidão apontavam para uma mudança de estratégia, mudança essa acentuada a partir de 1840: buscar alianças no interior de forças dominantes desde os ingleses até o próprio monarca.

*Falar de movimentos políticos não é apenas detalhar os grandes levantamentos, as grandes rebeliões... É também tocar nos projetos fracassados, nas idéias subterrâneas, nas trocas, nos acordos, nas súplicas, na negociação com parcelas da casta dirigente. Assim, pequenos movimentos, fugazes conflitos, podem ser como a ponta do iceberg, o lado visível de estruturas imensas, de sonhos continentais.*¹⁷

17 Ibidem, p. 413.

O TERROR DE NEGROS E BRANCOS

Ao finalizar a pesquisa, Soares tenta *remontar em detalhes as estratégias de repressão à capoeira e seus participantes, engendradas pelas mais altas autoridades da incipiente estrutura policial da cidade do Rio em seus primeiros 40 anos [do século XIX], e o que estas estratégias revelam do jogo de forças travado entre escravos, senhores e policiais*¹⁸ desvelando assim, uma tra-

18 Ibidem, p. 429.

ma que tem origem no século anterior e envolve escravos, senhores e policiais e se estenderá por todo o século XIX.

No tempo do intendente de Polícia de dom João VI, Paulo Fernandes Viana e de seu braço direito Manuel Nunes Vidigal, a capoeira não era ainda uma ameaça. Vidigal inicia a prática de prender escravos, especialmente, capoeiras para trabalhar nas obras públicas. As reformas urbanas do período joanino exigiam muita mão-de-obra. Nesse período, o policiamento da cidade foi ampliado.

Viana, quando deixa o cargo em 1821, demitido por D. Pedro I, os capoeiras já eram um problema grave, envolvendo toda a população masculina, negros, escravos, libertos, livres e soldados negros. Dado que é confirmado pelo edital de 6 de dezembro de 1816.

O terror instaurado por Paulo Fernandes Viana, com a colaboração de seu chefe de Polícia não extirpará do cenário urbano os capoeiras, que em 1821, estavam em atividade.

A atuação de João Inácio à frente da Intendência explicitou o conflito entre os senhores e o Estado, no qual o ponto de estrangulamento era o tratamento a ser dado aos escravos rebeldes ou desordeiros.

A Abdicação trouxe de volta o regime de terror que arrefecera um pouco. *Em janeiro de 1825, o novo intendente, Francisco Alberto Teixeira de Aragão, lançou um conjunto de normas policiais que tornavam ainda mais difícil a circulação de escravos pela cidade. Elas submetiam todos os moradores 'suspeitos' da cidade (escravos, libertos ou negros livres) a ser parados e interrogados a qualquer hora do dia, por patrulhas da Polícia.*¹⁹ Essa estrutura repressiva fracassaria uma vez mais. Em 1830, o medo volta a povoar o imaginário das elites por causa da atuação coletiva de escravos capoeiras.

19 Ibidem, pp. 479-480.

Quando Eusébio Queirós Coutinho Matoso Camara, em 27 de março de 1833 assume o cargo de chefe de Polícia, cargo que deixará em 1841, para ocupar uma cadeira na Assembléia, uma série de medidas estavam sendo tomadas para aperfeiçoar a repressão.

Eusébio tornar-se-á um implacável chefe de Polícia. Rapidamente monta um corpo policial eficiente e disciplinado; posiciona-se a favor dos castigos; ordena a reconstrução do pelourinho; proíbe tambores nas danças de rua e enfrenta o fantasma da rebelião, combinando coação com infiltração (agentes) no meio da massa; extinguiu os libambos e segregou os agentes da desordem.

Eusébio não escapou seja da tensão sempre presente entre escravos, senhores e policiais seja das relações de camaradagem tecidas entre eles na defesa de determinados interesses.

20 Ibidem, p. 510.

Em 1841, os capoeiras continuam incomodando, neste período, pardos, crioulos, livres e libertos já participavam dos grupos de capoeira, sinal de um novo padrão étnico e social. A cidade assiste uma nova escalada das maltas. Certamente, *com todo o seu poder e recurso, Eusébio sentiu, em algum dia deste ano, que jamais dobraria totalmente esta multidão, que a vitória nunca seria completa.*²⁰

Ainda em 1841, a reforma do Código de Processo Penais deu mais poderes para o Chefe de Polícia que contava com o corpo dos Permanentes e com a casa de Correção-inaugurada em 1825, centro nervoso da estrutura carcerária na cidade. Em 1842, a intensa atividade das maltas traz de volta o medo, medo de uma explosão generalizada da massa de cativos.

21 Ibidem, p. 517.

Quando Eusébio deixa a Chefia da Polícia, gozava de um alto prestígio político. *Ele soube como ninguém a importância de ter uma verdadeira estratégia para poder lidar com a comunidade negra e escrava da Corte, uma massa trabalhadora que não tinha nenhum compromisso com a ordem urgente e muito pouco a perder, a não ser a vida.*²¹

Entre 1843 e 1848, a capoeiragem está como que adormecida, o destino dos capoeiras presos é a Casa de Correção. Os padrões de castigo mudam na intensidade, mas não na essência.

No ano de 1848, a pressão inglesa para terminar de vez com o tráfico atlântico, leva o governo brasileiro, em 1850, a considerar o tráfico como pirataria. Em 1849, os capoeiras estão de volta desafiando nada mais nada menos o novo ministro da Justiça, Eusébio de Queiroz.

O último ofício do Chefe de Polícia, Antônio Simões da Silva, em 1849, ao apresentar as providências a serem tomadas para acabar com a capoeira, recrutamento para as forças armadas e assinatura do termo do *bem viver*, revela a evolução social da mesma. São homens livres que agora praticam capoeira. As décadas seguintes verão a participação dos portugueses pobres.

A capoeira nunca foi uma atividade inocente tanto que disseminou o terror na cidade do Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX. Mas, *o aparato repressivo mobilizado para dar fim à capoeira — meta do Estado colonial, depois imperial, totalmente malsucedida — foi poucas vezes igualado na história social do Brasil. Raras vezes — ou mesmo nunca — uma prática cultural, que seria depois introduzida no universo do folclore, chamou tanto a atenção dos donos do poder no regime escravista e causou tanta preocupação ao Estado no Brasil.*²²

22 Ibidem, p. 547.

AS TROCAS CULTURAIS NO ATLÂNTICO NEGRO

Soares ao deslindar a trama da capoeira, na agitada cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, dá a co-

nhecer a vida dos grupos menos favorecidos que pulsa forte nas ruas, praças, vielas, becos, casas de angu ou zangu e prisões da cidade.

Tendo já realizado uma consistente pesquisa para seu primeiro livro sobre a capoeira, *A negrada instituição: os capoeiras na corte imperial 1850-1890*, pode vasculhar cuidadosamente os arquivos policiais e carcerários na busca de indícios, para remontar as estratégias de resistência e terror e o imaginário cultural e simbólico construído por escravos, senhores e soldados.

O painel que compõe das tradições rebeldes e dos mecanismos de controle é extraordinário pela amplitude, pela clareza e pelo estilo de chamar a atenção do leitor para as nuances de cada passo da reflexão e pela coerência metodológica mantida até o fim.

Relembro alguns tópicos: a presença contínua da capoeira, garantida em parte pela mudança de seus participantes (escravos, africanos de todas as origens, crioulos, libertos, livres e portugueses pobres); o prestígio da comunidade mina com sua capacidade de articulação e negociação; o caldo cultural presente na cidade, possibilitando resignificações e invenções de tradições; a fortíssima rede de solidariedade que permitia reconstruir a sociabilidade escrava, sem a interferência senhorial e o medo constante da elite. Um destaque para as informações sobre as casas de angu ou zangu, para o autor, uma das mais importantes instituições culturais relacionadas com o mundo da capoeira.

Soares, ao estudar a capoeira na cidade do Rio de Janeiro, volta a um tema já presente na historiografia, recolocando-o num contexto mais amplo e rico, o da trama de relações econômicas, políticas e culturais que se constituíam entre as colônias do Império Português. Estudar a capoeira sem perder de vista o contexto atlântico, permitiu a Soares enriquecer e refinar as suas análises.

A edição competente, com fotos, boa diagramação e gráficos, ganharia se tivessem sido incluídos recursos simples como cronologia e índice remissivo. Exigência normal para uma obra destinada a tornar-se referência, em que a facilidade da consulta é vital.

A capoeira escrava é importante como documento e instigante como fonte de reflexão para quem quer entender a diuturna resistência das classes marginalizadas.